Ano 1 ▪ Número 1 ▪ Fevereiro de 2011

Jornal do SindCT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Vale do Paraíba

Pesquisa a serviço da sociedade

IAE/DCTA

Assessoria de Imprensa/INPE

Institutos Página 3
Ministro assume compromisso com servidores do INPE

Ciência e Tecnologia Página 7
INPE e DCTA: sociedade precisa do trabalho dos institutos

Cidades Página 8
Comunidade do Banhado sofre com remoções e incertezas

EDITORIAL HTTP://WWW.SINDCT.ORG.BR

Uma nova ferramenta de luta

Uma nova página se abre para reforçar a luta dos trabalhadores do DCTA e do INPE: nosso jornal, o ***Jornal do SindCT***. Este jornal surge de uma necessidade antiga, após duas tentativas de se dar vida a um veículo de comunicação de qualidade, acessível ao conjunto dos servidores que constroem e dão vida ao nosso sindicato.

O SindCT é uma entidade com um quadro de servidores altamente especializado, com uma formação técnica e acadêmica diferenciada, mas que nem por isso deixa de sentir na pele as dificuldades e apreensões que afligem a maioria dos trabalhadores.

Temos clara a necessidade estratégica de se ter um veículo de comunicação independente e democrático. Um veículo comprometido com o desenvolvimento autônomo e soberano do Brasil e, acima de tudo, intransigente na defesa dos interesses dos servidores públicos da área de Ciência e Tecnologia e da classe trabalhadora em geral.

Ao longo de sua história, o SindCT vem investindo em diferentes formas de comunicação junto à sua base e à sociedade. A começar pela ***rapidinha***, que hoje conta com milhares de leitores, inclusive ligados a outras categorias do serviço público Brasil afora. Além de sua distribuição impressa, a ***rapidinha*** é distribuída eletronicamente a uma rede de pessoas cadastradas, através da Rapnet.

Além disso, é acessada via Internet de qualquer lugar do mundo. Sua linguagem direta e objetiva, bem como sua rápida operacionalização, fazem deste boletim uma ferramenta indispensável para a organização dos servidores. Por este motivo a ***rapidinha*** será mantida e melhorada.

Buscamos agora um salto na eficiência da comunicação, com a publicação do ***Jornal do SindCT***. Este vai abordar temas atuais, políticos, econômicos, culturais, de divulgação da carreira, com profundidade e independência, sem medo de provocar e denunciar as arbitrariedades e injustiças perpetradas contra a sociedade.

Nosso objetivo será o de mostrar a carreira de C&T a todos: servidores, dirigentes, familiares, sociedade local e nacional, governantes e parlamentares. A qualidade gráfica e das matérias também será motivo de constante preocupação. Para isso, o ***Jornal do SindCT*** terá um esquema próprio de corpo editorial, redação, editoração, impressão e distribuição à altura destes objetivos.

Para que o ***Jornal do SindCT*** renda seus frutos, precisamos que cada servidor e cada servidora se torne seu leitor assíduo. Leia cada edição e passe-a à frente, comente as matérias com os colegas. Críticas, elogios e sugestões serão sempre muito bem vindos. Boa leitura!

Novo governo, velhos desafios

No dia 1º de janeiro milhões de brasileiros assistiram, com um misto de orgulho e esperança, à posse de Dilma Rousseff

Certamente nossa carreira ainda levará algum tempo para avaliar, com profundidade e distância, o que representaram os dois mandatos de Lula para as condições gerais de trabalho da categoria e para o avanço da Ciência e Tecnologia (C&T) em nosso País, após anos de descaso dos governos neoliberais que o antecederam.

Nesses oito anos vimos a área de Ciência e Tecnologia ser alçada a um novo patamar de importância dentro da estrutura do Estado. O setor de C&T teve mais recursos em seu orçamento, abertura de vagas para concursos públicos e, principalmente, recuperação e valorização salarial dos servidores ligados à carreira de C&T.

Os primeiros passos do novo governo

No que diz respeito ao novo governo, pode-se dizer que, para a carreira de C&T, as primeiras movimentações foram positivas, com a indicação do novo ministro para a pasta. Se, por um lado, a nomeação de Aloizio Mercadante para ministro da C&T representa a esperança de que a área será tratada com mais atenção e respeito, infelizmente o mesmo não pode ser dito em relação à área da Defesa, com a decisão de se manter no cargo o ministro Nelson Jobim. Um exemplo simples tivemos em janeiro. Enquanto o ministro de C&T optou por visitar as instalações do Inpe, o ministro da Defesa simplesmente ignorou o DCTA em visita a São José, preferindo seguir direto para as instalações do Parque Tecnológico da cidade.

O fato é simbólico, mas a verdade é que o atual ministro da Defesa tem agido muito mais como porta-voz dos comandos militares no governo do que como o responsável civil do governo pela área militar. Basta lembrar sua posição em relação ao Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), na perseguição aos sargentos controladores de voo e no bloqueio às tentativas de se abrir os arquivos da ditadura.

A nossa luta continua

Uma análise preliminar aponta para avanços importantes nos oito anos de governo Lula, mas é preciso reconhecer que alguns pontos históricos da pauta de reivindicação da categoria seguem em aberto.

1) O Inpe e o DCTA sofrem de uma forte carência de pessoal. Este é um problema comum à maioria dos órgãos ligados à carreira de C&T. É urgente a abertura de novas vagas para a realização de concurso público.

2) Quanto ao nosso reajuste salarial, tivemos mais de dois anos de idas e vindas a Brasília sem a efetiva abertura de negociações junto ao ministério do Planejamento (MPOG), para negociação de pendências relacionadas à campanha salarial de 2008.

3) Continua a não ser paga a Gratificação por Qualificação devida aos servidores de nível médio que tenham concluído o curso de graduação (GQIII).

4) Continua a luta pela interposição da tabela salarial entre servidores de nível médio no topo da carreira e os de nível superior no início da carreira, propiciando que aqueles tenham vencimentos maiores que estes. Trata-se de uma luta histórica da categoria que o governo recusa-se a negociar.

5) A saúde do trabalhador é objeto de nossas preocupações. Estas abrangem o pagamento de adicional de periculosidade e insalubridade, alto índice de acidente no trabalho, dentre outras.

É por estas e por outras que este novo governo traz em seu bojo, além da esperança por um Brasil mais justo, a necessidade de continuarmos a lutar por nossos grandes e velhos desafios.

EXPEDIENTE JORNAL DO SINDCT: Jornal do SindCT é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Vale do Paraíba – fundado em 30 de agosto de 1989 ■ Rua Santa Clara, 432, Vila Ady Anna ■ CEP 12.243-630 ■ São José dos Campos - SP ■ Tel/fax: (12) 3941-6655 ■ Responsabilidade editorial: a diretoria ■ Horário de atendimento na sede: 8h30 às 17h30 ■ Tiragem: 5.000 exemplares / 2.500 assinantes eletrônicos ■ Jornalista Responsável: Fernanda Soares Andrade (MTB 29 972) ■ Edição: Claudia Santiago (MTB 14915) ■ Reportagem: Marina Schneider (MTB 29.769/RJ) ■ Designer: Daniel Costa

ALOIZIO MERCADANTE renova expectativas para institutos

Ministro assume compromissos

Fernanda Soares

Mercadante recebe SindCT

Representante do governo Dilma promete empenho na abertura de mais vagas para concurso público, além de um canal aberto de negociação para se debater as reivindicações da categoria

*Marina Schneider**

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) foi o primeiro instituto visitado pelo novo ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante. No dia 10 de janeiro ele recebeu três representantes do SindCT. Mercadante garantiu espaço na agenda do ministério para que, em reuniões separadas, o SindCT e o Fórum de C&T sejam recebidos em Brasília.

A diretoria do sindicato falou sobre o grande número de servidores prestes a se aposentar, assinalou a necessidade de concurso público e de que sejam abertas, urgentemente, negociações junto ao governo para se tratar da pauta de reivindicações da carreira de C&T protocolada no Ministério do Planejamento em dezembro de 2009.

"É imprescindível a realização de concursos públicos para recompor quadros e implementar projetos", afirmou o presidente do SindCT, Fernando Morais. "Em várias áreas não é mais possível a transmissão do conhecimento devido à ausência de novos especialistas. Em 2009, 130 dos 1.076 funcionários do INPE tinham mais de 30 anos de serviço e 639 entre 20 e 30 anos. Ou seja, mais de 70% dos funcionários estão com mais de 20 anos de casa", observa.

INPE e DCTA: problemas parecidos

No DCTA a situação é parecida. "Estimamos que tanto o DCTA quanto o INPE precisam contratar, em caráter de urgência, 600 e 400 novos servidores respectivamente", destaca Ivanil Elisário Barbosa, funcionário do DCTA e membro da diretoria do SindCT.

Francisco Conde, ex-presidente do Sindicato, lembra que durante os Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso a situação salarial era crítica e a dupla jornada dos técnicos era comum. "Muitos de nós cumpríamos a carga horária e depois dávamos aula, inclusive em outros municípios", lembra.

"A defasagem histórica foi, em grande parte, resolvida, mas nosso salário nunca foi muito atrativo", afirma Conde. No final do primeiro governo a categoria ganhava de 30 a 50% menos do que as categorias equivalentes de outras instituições.

Necessidades dos dois institutos

Mercadante afirmou entender a necessidade de novas contratações e de salários mais atrativos. O ministro informou que as visitas visam conhecer o trabalho e as necessidades de cada instituto e que, após a formação de sua equipe, começará a tratar das questões da carreira e das particularidades de cada um.

No discurso aos servidores do INPE, Mercadante se mostrou familiarizado com a área e reafirmou compromissos assumidos em seu discurso de posse, 3 de janeiro, em Brasília. Comprometeu-se, ainda, com a recomposição do quadro de servidores dos institutos.

Valorizar a carreira de C&T

"Esperamos que o governo da presidenta Dilma Rousseff valorize e dê a importância devida à carreira de Ciência e Tecnologia", afirma o presidente do SindCT, Fernando Morais. "Esperamos do ministro a defesa efetiva do setor espacial dentro do governo, que já o considerou estratégico".

O SindCT considera importante essa aproximação do ministro com as instituições de C&T. Para a diretoria do sindicato, os compromissos assumidos em público por Aloizio Mercadante acendem a esperança de ações efetivas em defesa da C&T e, em particular, do setor aeroespacial da carreira.

Três compromissos do ministro no discurso de posse

1 Investimento

"**Hoje já investimos 1,25% do PIB em tecnologia, porém é preciso enfrentar o desafio de fazer esse índice avançar entre 2 e 2,5% na próxima década.** Assumo o dever histórico de ampliar a participação da ciência, da tecnologia e da inovação no PIB brasileiro".

2 Inclusão Social

"**O mundo da ciência e da tecnologia é estratégico para que possamos crescer com qualidade,** com cultura de inovação, gerando maior valor agregado aos nossos produtos, serviços e processos, aumentando a robustez e a competitividade global da economia e acentuando o atual processo de inclusão social".

3 Programa Espacial

"**Devo mencionar duas grandes áreas estratégicas: a aeroespacial e a nuclear.** O Brasil não pode prescindir de um Programa Espacial fortalecido que conte com recursos suficientes para atender às demandas por satélites e por aplicações espaciais. Deve aproveitar comercialmente as vantagens geográficas da Base de Alcântara. Com um veículo lançador operante poderíamos dominar toda a cadeia da indústria aeroespacial".

As expectativas dos servidores

1 Reajuste Salarial

A questão salarial é fundamental para transformar a carreira de C&T em uma carreira atrativa. A expectativa dos servidores é que o novo governo não só esteja disposto a dialogar, mas que concretize os reajustes necessários e implemente a pauta de reivindicações protocolada junto ao Planejamento.

2 Concurso Público

Concurso público para a carreira é urgente. Em várias áreas não é possível a transmissão do conhecimento devido à ausência de novos especialistas. Mais de 70% dos funcionários possuem mais de 20 anos de casa.

3 Condições de Trabalho

Democratização em todos os níveis das instituições de Ciência e Tecnologia. Atenção especial à saúde do trabalhador, com avanços no programa federal "Saúde do Servidor".

4 Infraestrutura

Ampliação do investimento em infraestrutura. Alguns setores operam com equipamentos defasados. O DCTA não consegue acompanhar as mudanças tecnológicas da área. O potencial é grande, recursos humanos existem, mas os investimentos são muito pequenos.

**Colaborou: Fernanda Soares*

RECORDE DE MORTOS das chuvas desperta para importância das pesquisas espaciais e meteorológicas

A culpa dos desastres das enchentes não é d

No último verão foram os morros de Niterói e de Angra dos Reis, no Rio; e São Luiz do Paraitinga, em São Paulo. Este ano foi a Região Serrana do Rio. Qual será a próxima?

Marina Schneider e Fernanda Soares

No final de janeiro aconteceu a maior tragédia natural em nosso País da qual se tem memória. A pergunta que todos se fazem é: de quem é a culpa? Dos que morreram? Da natureza? Ou é preciso avançar na busca de respostas mais científicas? Todos os analistas sérios falam da falta de uma política urbanística pública e da responsabilidade das três esferas do Estado (municipal, estadual e federal) voltadas a prevenir estes desastres.

Mortos e desalojados: mil histórias de tragédias

A casa de Teresa Cristina de Souza Gonçalves, no município de São José do Vale do Rio Preto, foi arrastada e totalmente destruída pela enchente durante as chuvas que atingiram a Região Serrana do Rio de Janeiro na primeira quinzena do ano. Por sorte, a família estava em viagem de férias. De material, a única coisa que restou foi uma foto do seu casamento, encontrada em outra casa a 20 quilômetros de distância.

O professor Pedro Roberto de Souza Santos estava em casa em Nova Friburgo com a esposa e a sogra, esta com 85 anos, quando começou a chover forte na noite do dia 11 de janeiro. Foram horas de desespero no sótão - poderiam ser atingidos pela água a qualquer momento - aguardando que a chuva parasse, o que só aconteceu no dia seguinte.

Dezenas de histórias como estas e outras ainda mais dramáticas já foram contadas por vítimas desta que é a maior tragédia ligada a fenômenos naturais registrada no País. De acordo com a Polícia Civil do Rio de Janeiro, até 7 de fevereiro, os 15 municípios atingidos da Região Serrana do Rio de Janeiro contabilizavam 880 vítimas fatais. No dia 2 de fevereiro havia 8.777 desabrigados e 20.790 desalojados.

Números imprecisos, mas sofrimentos certeiros

Os números de mortos e atingidos ainda podem mudar com o passar do tempo. O que não sofre nenhuma modificação é o descaso de governos que, ano a ano, deixam de realizar ações preventivas para evitar mortes, traumas e perdas de todos os tipos sofridas pela população. "Todas as mortes e desaparecimentos têm a ver com o descaso de governos e com construções irregulares", afirma Francisco Perez Levy, presidente do Sindicato dos Professores de Nova Friburgo.

Para a professora da USP e relatora especial da ONU para o Direito à Moradia, Raquel Rolnik, a tragédia tem a ver com o fato de que a ocupação do território se dá de forma completamente negligente. "Nós precisamos entender que não foi dada nenhuma oportunidade para que os moradores urbanos brasileiros pudessem se instalar num local com qualidade, urbanidade e segurança. Na verdade, a maior parte das nossas cidades foi autoproduzida por seus moradores nos piores lugares, que são os lugares mais baratos, já que o salário dos trabalhadores brasileiros jamais foi suficiente pra cobrir o custo da moradia numa área adequada", afirma a especialista em artigo publicado em 17 de janeiro no site da revista *Carta Capital*.

Sem política urbanística novos desastres virão

O que aconteceu na Região Serrana do Rio de Janeiro foi exemplar. É fato que no município de Nova Friburgo o volume de chuva previsto para 25 dias caiu em 24 horas. Mas as mudanças climáticas não podem ser a explicação de uma tragédia acompanhada pelo descaso de décadas e décadas. Salta aos olhos de qualquer pesquisador a ausência de planejamento urbano e a falta de articulação entre as gestões das três esferas de governo.

Segundo Raquel Rolnik, a tragédia na Região Serrana mostrou que não só os bairros populares e autoconstruídos são vulneráveis. Condomínios de luxo instalados em áreas inadequadas também desabaram. "A gestão do solo urbano é um problema ainda não tocado. Fala-se em política de habitação, em construção de casas, em saneamento, em obra

SÃO LUIZ DO PARAITINGA: tragédia do Vale

Quatro meses antes o INPE alertou, mas não foi ouvido

São Luiz do Paraitinga, cidade histórica de 12 mil habitantes considerada reduto caipira do estado de São Paulo, enfrentou uma enchente arrasadora nos primeiros dias de 2010. As represas não tiveram capacidade para armazenar tanta água, despejaram um grande volume nos rios, provocando as enchentes. O rio Paraitinga subiu 12 metros e todo o centro histórico da cidade, tombado como patrimônio cultural, ficou coberto pela água.

O desastre ambiental foi previsto com antecedência. Um ofício do INPE emitido em outubro de 2009 já alertava as autoridades sobre a enorme quantidade de chuva que ocorreria na região e que poderia acarretar catástrofes. Em dezembro do mesmo ano, oito boletins foram emitidos pelo INPE e ignorados pelo governo do estado.

Um ano após, recuperação e escândalos

A regional de Taubaté da Defensoria Pública de São Paulo entrou com uma ação civil pública contra o Estado e o município de São Luiz do Paraitinga em favor das famílias atingidas pela enchente.

Do total de doações recebidas para a reconstrução da cidade e auxílio aos desabrigados, a Defensoria afirma que a Prefeitura se apropriou indevidamente de R$ 96.000,00 para reformar sua sede. A maior parte do dinheiro arrecadado, R$ 388.460,00, continua sem destino definido, enquanto muitas das 400 famílias atingidas ainda sofrem para retomar suas vidas.

lo acaso

Fotos: Valter Campanato - ABr

disso e daquilo, em dinheiro para isso e aquilo, mas a gestão e o planejamento do solo é um assunto que parece não fazer parte da agenda de política urbana no Brasil", completa.

O INPE tem um papel importante junto à sociedade no sentido de prevenir novos desastres naturais como os deste ano e de anos recentes. Para cumprir efetivamente seu papel, entretanto, constantes investimentos em novas tecnologias, aperfeiçoamento de seus recursos humanos e recomposição de seu quadro de servidores são tarefas essenciais do Estado.

Cenas da tragédia no Estado do Rio de Janeiro

INPE E INMET devem servir à população

Prevenção de desastres naturais

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) podem auxiliar os municípios na prevenção de tragédias como a ocorrida no Rio de Janeiro.

Quando meteorologistas prevêem a possibilidade de chuvas acima do normal, ventos em alta velocidade ou a possibilidade de algum fenômeno natural atingir determinadas regiões, os institutos emitem boletins à Defesa Civil Nacional. Ela é a responsável pela emissão de alertas aos estados e municípios que podem ser atingidos.

Em casos como os ocorridos em São Luiz do Paraitinga, em 2010, e, mais recentemente, em algumas cidades do Rio de Janeiro em 2011, o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/INPE) divulgou boletins informando a alta ocorrência de chuvas na região, com possibilidades de enchentes.

Apesar da preocupação dos institutos em divulgar os boletins, não há no Brasil um Programa Nacional de Meteorologia, necessário para definição de competências aos institutos para emissão de alertas aos municípios e à população.

Monitoramento de desastres naturais

Para auxiliar a prevenção de desastres, o INPE desenvolveu um software chamado SISMADEN (Sistema de Monitoramento de Desastres Naturais). O Sistema utiliza os dados fornecidos pelo município; os dados meteorológicos, fornecidos pelo CPTEC/INPE; e emite alerta preventivo.

As informações sobre o risco e a vulnerabilidade a desastres naturais são transmitidas ao SISMADEN pelos institutos de pesquisas como o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Instituto Geológico (IG), Agência Nacional de Águas (ANA), entre outros.

Como funciona o SISMADEN

O funcionamento do SISMADEN é simples e pode ser instalado nas Prefeituras municipais. Após ser alimentado com informações geológicas, topográficas e meteorológicas, o software é capaz de analisar os dados gerando notificações de alertas.

Para a instalação do SISMADEN as Prefeituras interessadas precisam ter um computador adequado com acesso à internet, para que possam receber os dados meteorológicos do CPTEC diariamente. Além do computador, funcionários devem receber treinamento de pesquisadores do INPE para análise das informações.

Todo alerta de risco esbarra numa questão cultural no Brasil. A população não está acostumada a receber os alertas e deixar suas casas quando a Defesa Civil solicita. Em países como os Estados Unidos, no caso de ocorrências de tornados, por exemplo, todos os canais de televisão suspendem a programação para a exibição do alerta, alarmes sonoros são acionados e a população se refugia nos abrigos até que o perigo passe. Mesmo não havendo nenhuma tragédia, a cada alerta, toda a população se protege. No Brasil, um alerta que não culmine em desastre acarreta na falta de credibilidade.

Radares meteorológicos

Muito se fala a respeito de radares meteorológicos para serem utilizados na previsão de chuvas fortes. Na realidade, eles são capazes apenas de fazer o monitoramento do que já está ocorrendo e ainda assim, em uma pequena região da superfície terrestre. A área observada por um radar é de cerca de 200 km^2.

Somente uma integração entre vários radares poderia fazer uma previsão de chuvas, com mais de uma ou duas horas de antecedência.

O Ministério da Ciência e Tecnologia tem um projeto para a criação de uma rede de radares, estrategicamente posicionados, para o monitoramento e a previsão das chuvas, mas esse é um projeto que ainda pode demorar muito para ser implementado. Infelizmente.

Agenda Cultural - Fevereiro

http://www.sindct.org.br

➔ Bate papo e vivência de natação com Clodoaldo Silva

Clodoaldo tem 27 anos e conheceu a natação como processo de reabilitação no ano de 1996, em Natal. Em 98 participou de seu primeiro campeonato brasileiro, no qual conquistou nada menos do que três medalhas de ouro. Hoje, Clodoaldo é reconhecido como ídolo no Brasil e no mundo. Em 2005, o Comitê Paraolímpico Internacional honrou o nadador com o troféu de melhor atleta paraolímpico do mundo.

SESC/SJC: 27/02 (domingo) às 11h e às 14h,
entrada gratuita, vagas limitadas

➔ Ultraje a Rigor faz show em São José no dia 26

A banda apresenta sucessos de mais de 20 anos de carreira. No repertório músicas como "Pelado", "Nós vamos invadir sua praia", "Eu gosto é de mulher" e "A festa", com os trocadilhos que marcam as letras do Ultraje. A banda é formada por Roger (voz/guitarra), Mingau (baixo), Bacalhau (bateria), Kleinek (guitarra) e Ricardinho (violão/backing vocals).

SESC/SJC: dia 26/02, às 22h30

➔ Ruas literárias: a poesia está nas ruas

Com curadoria do fotógrafo e jornalista João Correia Filho, a exposição une fotografia e literatura. O trabalho ocupa em grandes formatos diversos espaços da unidade do SESC de São José dos Campos. Além do curador, outros cinco fotógrafos da cidade assinam as obras:

Cleiton Costa, Cristiano Caniche, Rique Fróes, Rodolfo Marcondes
e Márcio Janousek. Local: SESC/SJC - de terça a sexta, das 13h às 21h

➔ "Arte Sacra: Imaginária em Barro"

A exposição reúne 38 imagens sacras, conhecidas como 'paulistinhas', exemplares de uma antiga manifestação da arte popular do Vale do Paraíba. Entrada franca.

Local: Museu de Arte Sacra – de terça a sexta, das 9h às 17h; sábado, das 9h às 14h. Abertura 19 de fevereiro. Endereço: Travessa Chico Luiz, 67, Centro

➔ "Tudo Flui": mostra reúne 20 telas

A mostra é feita com a técnica 'encáustica' – que mistura pigmentos com cera quente ou fria. A exposição está dividida em três fases para mostrar ao público como uma cor pode influenciar em outra. As duas primeiras são compostas por obras ricas em tonalidades escuras, como o marrom e o negro. Ambas reúnem trabalhos feitos sobre telas com cera de abelha quente e tintas. A última apresenta a técnica empregada no vidro. Dado Montello brinca com a transparência do recipiente e do material utilizado.

Local: Espaço das Artes Helena Calil.
Data: 19/02/2011 – de segunda a sexta, das 9h às 18h, e aos sábados, das 9h às 13h. Endereço: Praça Padre João, 34, Centro

➔ Inscrições para Grupo Benção Sertaneja

São 60 vagas para pessoas que sabem tocar viola ou violão e que possuam o instrumento. As inscrições são gratuitas. Mais informações: (12) 3924-7335 ou 3924-7317.

Local: Fundação Cultural Cassiano Ricardo. Data: 23/02/2011 –
de segunda a sexta, das 8h às 12h ou das 13h30 às 17h.
Endereço: Avenida Olivo Gomes, 100, Santana (Parque da Cidade)

➔ Oficina de empapelamento

A oficina de empapelamento ensina como fazer máscaras, adereços e bonecões carnavalescos, utilizando papel-jornal e goma. A atividade é gratuita e aberta a pessoas de 6 a 80 anos. Não é preciso fazer inscrição, é só chegar e participar.

Local: Espaço Cultural Clemente Gomes (Sede FCCR). Data: 24/02/2011 – segunda a sexta, das 8h às 12h e das 14h às 18h.
Endereço: Avenida Olivo Gomes, 100, Santana (Parque da Cidade)

Livro

"Montenegro, as aventuras do Marechal que fez uma revolução nos céus do Brasil"

A biografia escrita por Fernando Moraes apresenta os sonhos e as façanhas de Casimiro Montenegro Filho (Fortaleza, 29.10.1904 – Petrópolis, 26.02.2000), dentre estas a sua participação na criação do ITA e do DCTA. Marechal Montenegro, como era conhecido, foi responsável pela viagem inaugural, em 1931, da missão do Serviço Postal Aéreo militar, hoje Correio Aéreo Nacional (CAN). Em 1930, o tenente Montenegro participou da revolução que acabou com a República Velha. Após a vitória do golpe militar de 1964, Montenegro tentou impedir a instauração de inquéritos destinados a punir alunos e professores do ITA acusados de subversivos. Nas palavras do autor, o livro "nos faz voltar a sentir orgulho de ser brasileiros".

O escritor mineiro Fernando Moraes é autor, entre outros,
dos livros A Ilha (1976), Olga (1985), e Chatô, o Rei do Brasil (1994).
São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

Filme

A história recente do Brasil e do mundo pelo olhar de Sílvio Tendler

Utopia e Barbárie é um documentário de Silvio Tendler, de 120 minutos, que faz uma revisão dos momentos-chave da história sócio-política do Brasil e do mundo desde a II Guerra Mundial até a primeira década do século 21. O cineasta já dirigiu "Os anos JK" (1980), "Jango" (1984) e "Encontro com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá" (2006), entre vários outros. O documentário exibe nas telas, com grande riqueza de imagens e depoimentos - fruto da minuciosa pesquisa do diretor -, a trajetória de uma geração que, "acreditava que o mundo era do tamanho dos seus sonhos" e acaba surpreendida com o pesadelo da guerra do Vietnã e de outros conflitos, mas resiste e segue sonhando e lutando. Tendler entrevistou mais de 60 pessoas protagonistas, testemunhas, vítimas ou analistas de episódios históricos.

Você sabia?

1) Em 10 de março de 2011 a General Motors São José vai completar 52 anos. Do suor do trabalho de várias gerações de operários joseenses provém parte substancial da riqueza da empresa. No ano de 2009, a GM Brasil e a GM China foram as únicas filiais lucrativas da GM mundial. (Fonte: Cartilha do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região)

2) A Embraer, nascida no DCTA e privatizada em 2000, vendeu 246 jatos em 2010. No mês de dezembro, os pedidos a entregar atingiram US$ 15,6 bilhões, 2% a mais do que o valor registrado em 30 de setembro do mesmo ano. Em fevereiro deste ano, a Embraer anunciou o fechamento de um novo contrato. A Dniproavia (companhia aérea da Ucrânia) fechou a compra de dez jatos da Embraer no valor de US$ 400 milhões, podendo atingir US$ 600 milhões caso todas as opções sejam confirmadas pela empresa.

O BRASIL na dianteira tecnológica do álcool

Motor a álcool foi criado pelo DCTA

Projeto totalmente desenvolvido no DCTA foi pioneiro no mundo. Hoje o Brasil é o único país a não utilizar o chumbo tetraetila na gasolina e a ter uma alternativa segura ao uso do petróleo

Por Fernanda Soares

Arquivo pessoal de Clóvis Michelan

Motor a álccol: produto do DCTA

O SindCT vai lançar ainda neste ano um livro sobre a história da criação do motor a álcool pelo DCTA . Uma história da qual vale a pena se orgulhar. Desde 1919, quando o governo de Pernambuco publicou um decreto nomeando o álcool o combustível nacional, diversos pesquisadores brasileiros se dedicaram a desenvolver um motor automotivo adaptado para o uso do álcool.

Na década de 70, a Divisão de Motores do Departamento de Ciência e Tecnologia - DCTA iniciou as pesquisas adicionando álcool anidro à gasolina para ajudar o país a diminuir os gastos com a importação de petróleo.

Os resultados das pesquisas não poderiam ter sido melhores. O principal benefício foi a substituição definitiva, pelo álcool anidro, do chumbo tetraetila, em junho de 1977. Este é um produto cancerígeno usado para aumentar o poder de octanagem da gasolina. Esta descoberta acarretou também na diminuição da emissão de gases tóxicos.

DCTA: descobertas e transferência de tecnologia

A boa aceitação do álcool pelos motores incentivou os pesquisadores, que já defendiam o álcool como combustível, a converter, como experiência/teste inicial, dois automóveis particulares, de engenheiros do próprio DCTA.

Defendendo a ideia do motor a álcool, o DCTA conseguiu o apoio da Chrysler, que cedeu um Dodge Polara para as pesquisas. A partir desse, um Gurgel e um Fusca também foram convertidos.

Os três primeiros veículos oficialmente convertidos fizeram parte da *Caravana da Integração Nacional*, que percorreu quase 8.000 km pelo Brasil, para demonstrar a eficiência e viabilidade dos motores.

Com o sucesso da caravana, frotas experimentais de veículos estatais foram constituídas. A primeira estatal a encomendar os veículos movidos a álcool foi a Telesp: 400 fuscas foram convertidos. A Telesp foi considerada grande aliada do projeto, pois encaminhava relatórios de uso dos veículos e relatava pequenos problemas que surgiam.

Em 19 de setembro de 1979 foi firmado o acordo de intenções entre a Associação dos Fabricantes de Veículos (Anfavea) e as filiadas Volkswagen, Mercedes Benz, General Motors, Saab-Scania, Chrysler, Toyota, Puma e Gurgel. Todas se comprometeram a adaptar a linha de montagem para a produção de veículos a álcool.

O DCTA também foi responsável por transferir para as montadoras a tecnologia necessária para a conversão dos motores e pelo credenciamento de retíficas para realizar a conversão dos veículos da população.

Esse projeto, totalmente desenvolvido no DCTA, foi pioneiro no mundo.

SERVIÇOS À POPULAÇÃO muito além da previsão do tempo

O INPE é celeiro de pesquisa nacional

Magnetômetro "fluxgate": aparelho desenvolvido pelo INPE é fundamental para conhecimento e proteção do subsolo brasileiro

Por Fernanda Soares

Ao contrário do que vemos na mídia, o INPE não é responsável apenas por previsões de tempo e construção de satélites. Embora pouco conhecidas, diversas pesquisas altamente importantes são desenvolvidas pelo instituto, ainda que com menos recursos. Um exemplo é o magnetômetro "fluxgate", um aparelho sensível, com nome complicado e desconhecido por muitos, mas indispensável em pesquisas essenciais à sociedade.

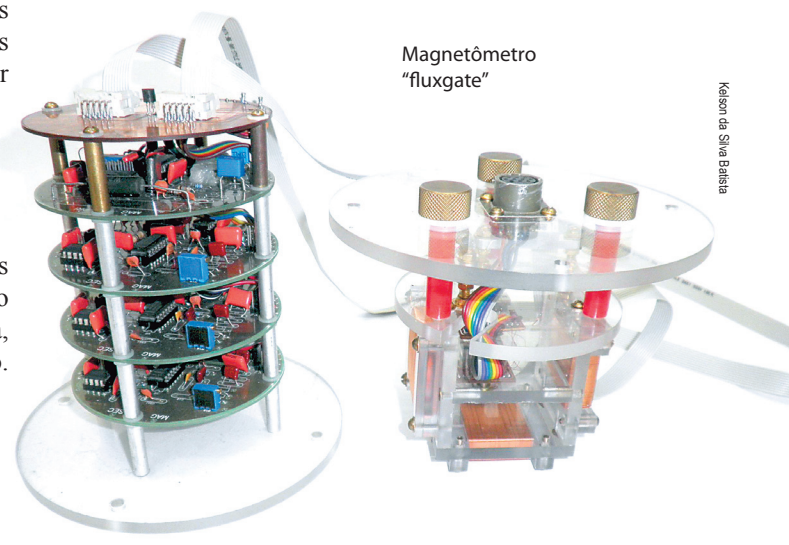
O magnetômetro é um instrumento desenvolvido para medir campos magnéticos. No INPE, ele é desenvolvido e utilizado em pesquisas há mais de 30 anos pelo grupo de geomagnetismo.

A pesquisa básica é a medição da variação do campo magnético da terra. Com ela é possível conhecer as variações do campo magnético que envolve nosso planeta e como as emissões solares o influenciam. Durante as explosões solares, decorrentes de tempestades no Sol, um grande fluxo de radiação é emitido e o campo magnético que envolve a terra é afetado. O magnetômetro capta todas essas alterações e os pesquisadores podem estudar os efeitos dessas variações no campo magnético da terra.

Mapeamento do subsolo

O subsolo brasileiro é rico e fonte de cobiça internacional. Na área de prospecção geofísica, o INPE utiliza o magnetômetro para o mapeamento do subsolo brasileiro. Os pesquisadores detectam regiões de diferentes condutividades através do sinal enviado por uma rede de magnetômetros instalados numa área pré-determinada. Juntamente com outros tipos de dados geológicos, sísmicos etc., municiam-se de informações que lhes permitem conhecer o que há embaixo desta camada, seja minério, água ou petróleo. Uma pesquisa como esta significa economia na procura de petróleo ou qualquer outro material que necessite extração da terra.

Os pesquisadores Wanderli Kabata e Ícaro Vitorello, do INPE, no artigo *Configurações Alternativas para magnetômetros "fluxgate" com núcleo amorfo*, publicado na *Revista Brasileira de Geofísica*, no ano de 2007, afirmam: "Uma das grandes limitações ao projeto de construção de magnetômetros *fluxgate* no Brasil é a obtenção do sensor cristalino, um material de venda controlada por causa de seu uso militar e difícil de ser adquirido no mercado internacional".



Magnetômetro "fluxgate"

Kelson da Silva Batista

REMOÇÕES: qual o preço monetário e social a ser pago aos atingidos?

Prefeitura retira famílias do Banhado

Obras previstas para o local e grandes condomínios continuam, mas há resistência da população atingida

Por Fernanda Soares

As terras do Banhado (5,5 milhões de m²), localizadas na região central de São José dos Campos, são consideradas Área de Proteção Ambiental. Prefeitura e estado pretendem transformá-la em Parque Ecológico. Um acordo nesse sentido foi firmado entre os dois órgãos em 2006. A Prefeitura pretende também construir uma via expressa no Banhado para ser um prolongamento da chamada Via Norte. Mas as terras do Banhado não estão vazias. Desde a década de 1950, famílias se instalaram na região num local chamado Jardim Nova Esperança, que passou a ser conhecido como Favela do Banhado. No final de 2010, a Prefeitura de São José iniciou a remoção das famílias que estavam no local. Já o Condomínio Esplanada do Sol, de luxo, que também ocupa parte das terras do Banhado, recebeu tratamento diferenciado e ficou fora da Área de Proteção Ambiental.

Moradores falam sobre suas preocupações

Hoje, segundo a Prefeitura, pouco mais de 50 famílias ainda residem no local. De acordo com o líder comunitário David Moraes, são 350 famílias vivendo na região. Maria Benedita Trajano Moreira, moradora desde os anos 1960, não sabe como irá ficar sua situação. Ela vive com o filho, a nora e cinco netos. "Somos duas famílias e a Prefeitura fez o cadastro de uma casa só, não vai caber todo mundo na mesma casa".

David Morais relata que a resistência de muitas famílias em aceitar a moradia oferecida pela Prefeitura se deve a fatores como distância do centro da cidade, tamanho das habitações, falta de indenização pela moradia atual, custo da nova moradia, falta de espaço para comércio e medo de perder os vizinhos. Leonel Meire da Costa e Francisca da Silva se preocupam com a localização. "É muito longe e eu sou doente, preciso fazer exames e ir ao hospital quase todos os dias", conta Francisca.

Para "incentivar" a saída dos moradores da região, a Prefeitura vem, há alguns anos, retirando equipamentos públicos como a Escola Infantil, o posto da Guarda Municipal e a Unidade Básica de Saúde.

Fernanda Soares

Casas derrubadas

Nem todos querem ficar

Se por um lado alguns moradores resistem em deixar suas casas, outros gostariam de se mudar para os conjuntos oferecidos. Denilson Carlos dos Santos aguarda a oportunidade de se mudar para um dos apartamentos. "Não tem casa para todo mundo e dizem que temos que pagar 15% do salário bruto familiar durante 25 anos pela compra da casa".

Intervenção do Governo Federal

Em janeiro deste ano o Governo Federal passou a acompanhar o processo a desocupação da área. A Superintendência do Patrimônio da União (SPU) exige que a Prefeitura resguarde, no mínimo, dois interesses dos moradores: a transferência para área próxima ao centro da cidade e a garantia da unidade de vizinhança. A Prefeitura se comprometeu a elaborar um acordo estabelecendo os termos para o reassentamento das famílias.

Breve História do Banhado

O nome Banhado deve-se aos antigos moradores de São José dos Campos. Nas épocas das cheias do Rio Paraíba do Sul, especialmente no verão, o local ficava totalmente inundado, "banhado" de água. Era chamado "mar joseense". Com a construção da represa de Santa Branca e mais tarde a de Paraibuna, nos anos 40, as cheias dos rios cessaram. Nos anos 50, a área do Banhado mais próxima ao centro da cidade foi ocupada por cidadãos de baixa renda que não tinham onde morar. Como ocorre em ocupações dessa natureza, houve reação contrária tanto da sociedade mais rica, quanto do poder público. A faixa ocupada, já naquela época, ficava situada em frente a uma área nobre da cidade.No final da década de 1970, a Prefeitura transferiu os moradores do Banhado para o bairro Torrão de Ouro, exatamente ao lado do "lixão". A distância, a falta de condução e as más condições levaram parte dos moradores a retornar para o Banhado, além de surgirem novas ocupações, como a que ocorreu do lado oposto, às margens do rio Paraíba.

ESPANHA, BRASIL, África do Sul, Argentina, a mesma prática contra os pobres

Efeitos da Copa do Mundo e Olimpíadas no Rio

Como em outras cidades que se prepararam para sediar mega-eventos, remoções de comunidades pobres já estão em curso no Rio de Janeiro

Por Marina Schneider com colaboração de Gizele Martins

Desde o anúncio de que o Rio de Janeiro seria sede da próxima Copa do Mundo, em 2014, e das Olimpíadas de 2016, mais de cem favelas passaram a integrar uma lista de comunidades onde haverá remoções. Elas se organizaram e estão resistindo à derrubada de suas casas. Esta é a forma de preparar a cidade para receber megaeventos. É uma urbanização pautada na ideia de 'limpeza da cidade', que procura, de maneira autoritária, eliminar favelas ao invés de promover uma urbanização real. A falta de diálogo entre os moradores e o poder público é uma prática constante. "A empresa que vai elaborar o projeto de reassentamento da comunidade foi escolhida em dezembro e até hoje, 15 de fevereiro, os moradores não haviam sido comunicados sobre o projeto", lamenta Jane Nascimento, da Associação de Moradores da Vila Autódromo, na zona oeste da cidade.

Claudia Santiago

Jane Nascimento

Para Guilherme Marques, pesquisador do Ippur/UFRJ, quando se fala de mega-eventos como os do Rio, está se tratando de negócios e não de esporte. "Os mega-eventos hoje são associados a uma visão de cidade e a um modelo de planejamento baseados na ideia de empresariamento urbano, que tem como princípio a transformação de pessoas e bens naturais em ativos que devem estar à disposição para se fazer negócios", explica.

Em Nova Deli, na Índia, em virtude dos jogos realizados em 2010, houve remoções de favelas inteiras sem a apresentação de alternativas para os moradores. Outro exemplo é o da Cidade do Cabo, na África do Sul, onde, devidos às preparações para a última Copa do Mundo, uma favela com 20 mil moradores foi removida para habitações temporárias. Elas permanecem nessa condição provisória.